



TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

TARDE

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDIBA (PE)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

- ✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
- ✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

- ✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

- ✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
- ✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
- ✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

- ✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

- ✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
- ✓ Não se comunique com outros candidatos.
- ✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
- ✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

- ✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
- ✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
- ✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.



1946753214860

INSTITUTO
igeduc 10 ANOS
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE



LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Durante a análise de um texto literário, um professor destacou que a posição dos adjetivos em relação aos substantivos pode modificar significativamente o sentido das expressões. Como exemplo, apresentou os sintagmas "um velho amigo" e "um amigo velho", demonstrando que a alteração da posição do modificador pode produzir diferenças interpretativas mesmo sem modificar sua classe gramatical.

Considerando os efeitos semânticos da anteposição e da posposição dos adjetivos na língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A anteposição de "velho" favorece a interpretação de vínculo antigo, enquanto sua posposição destaca a idade avançada da pessoa caracterizada.
- (B) A posição anterior de "velho" transforma o adjetivo em substantivo, enquanto a posterior preserva sua função de caracterizar diretamente o referente.
- (C) O emprego antecipado de "velho" estabelece valor depreciativo, enquanto a colocação posterior atribui significado afetivo à relação entre os interlocutores.
- (D) A anteposição de "velho" evidencia a idade cronológica do indivíduo, enquanto sua posposição ressalta a duração prolongada da relação de amizade.
- (E) A localização inicial de "velho" indica condição transitória, enquanto sua utilização após o substantivo representa característica permanente do indivíduo mencionado.

Questão 02

Durante a elaboração de um parecer técnico, uma comissão utilizou construções condicionais envolvendo verbos irregulares derivados de "ter", "vir", "ver" e "pôr". Na revisão, verificou-se a necessidade de empregar corretamente o futuro do subjuntivo, preservando a relação hipotética estabelecida entre as ações e suas possíveis consequências.

Considerando a conjugação verbal na norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Se a comissão detiver os documentos, os fiscais intervirem na apuração e os gestores revirem os critérios, será possível corrigir as irregularidades identificadas.
- (B) Caso a autoridade deter os registros, os técnicos intervirem na apuração e os coordenadores revirem os critérios, poderão ser adotadas novas providências institucionais.
- (C) Quando a equipe detiver os documentos, os agentes intervirem na investigação e os dirigentes revirem os procedimentos, será possível concluir a análise administrativa.

(D) Caso o colegiado deter os registros, os responsáveis intervirem na fiscalização e a direção revir os critérios, poderão ser corrigidas as inconsistências apuradas.

(E) Se o órgão detiver os processos, os supervisores intervirem na avaliação e os gestores reverem os parâmetros, poderá ser determinada a revisão dos resultados.

Questão 03

Durante a preparação de um manual técnico, uma equipe de revisão precisou padronizar a grafia de palavras formadas por prefixação. Entre os vocábulos analisados, havia construções com os prefixos "co", "sub", "inter" e "anti", cujas particularidades ortográficas exigiam a aplicação de regras distintas.

Considerando as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- (A) Co-autor, sub-região, inter-regional, antissocial e anti-higiênico.
- (B) Coautor, subregião, inter-regional, antissocial e anti-higiênico.
- (C) Coautor, sub-região, inter-regional, anti-social e anti-higiênico.
- (D) Coautor, sub-região, interregional, antissocial e anti-higiênico.
- (E) Coautor, sub-região, inter-regional, antissocial e anti-higiênico.

Questão 04

Durante a revisão de um artigo acadêmico, um professor identificou construções que exigiam atenção às regras de regência pronominal. Entre os casos analisados, destacavam-se o emprego dos pronomes relativos precedidos de preposição e a relação sintática estabelecida entre esses elementos e os termos antecedentes.

Considerando as regras de regência e o emprego dos pronomes relativos na norma-padrão, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O pesquisador cujas conclusões foram contestadas apresentou os documentos que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (B) O especialista cujo as conclusões foram contestadas apresentou os registros aos quais os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (C) O pesquisador cujas conclusões foram contestadas apresentou os documentos a que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (D) O cientista que as conclusões foram contestadas apresentou os registros a que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.

- (E) O professor cujas conclusões foram contestadas apresentou os documentos de que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.

Questão 05

Considere o seguinte período, extraído de um relatório de avaliação institucional:

"Os pesquisadores que participaram da primeira etapa receberam os resultados preliminares."

Durante a revisão, sugeriu-se inserir vírgulas antes e depois da oração "que participaram da primeira etapa", sem modificar as demais palavras. O revisor observou que essa alteração produziria uma diferença relevante na interpretação do grupo mencionado.

Considerando os efeitos sintáticos e semânticos da pontuação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O emprego das vírgulas confere valor condicional ao segmento, vinculando a entrega dos resultados ao cumprimento prévio da etapa mencionada no relatório.
- (B) A inclusão dos sinais reforça o caráter restritivo da oração, delimitando os pesquisadores que receberam os resultados entre os participantes da primeira etapa.
- (C) A nova pontuação transforma a oração em construção coordenada, acrescentando informação independente sobre a atuação dos pesquisadores envolvidos na avaliação.
- (D) A inserção das vírgulas atribui valor explicativo à oração, apresentando a participação na primeira etapa como característica do conjunto de pesquisadores referido.
- (E) O isolamento da estrutura estabelece circunstância causal, indicando que o recebimento dos resultados ocorreu em consequência direta da participação anterior.

Questão 06

Considere o seguinte fragmento de um parecer técnico:

"Embora os resultados preliminares fossem promissores, a comissão adotou postura parcimoniosa na formulação de recomendações, evitando conclusões que ultrapassassem as evidências disponíveis."

Um revisor sugeriu substituir o adjetivo "parcimoniosa" por outro termo que preservasse o sentido contextual, mantendo a ideia de moderação na apresentação das recomendações e evitando alterações na avaliação expressa pelo texto.

Considerando as relações de sinonímia contextual, assinale a alternativa que apresenta a substituição **CORRETA**.

- (A) Reticente, pois caracteriza resistência em apresentar posicionamento, mesmo diante de informações consideradas suficientes.

- (B) Concessiva, pois demonstra disposição para aceitar interpretações divergentes e flexibilizar os critérios adotados na análise.
- (C) Intransigente, pois revela firmeza na defesa das conclusões e resistência à reconsideração dos fundamentos apresentados.
- (D) Comedida, pois expressa moderação e prudência na formulação de conclusões diante das evidências disponíveis.
- (E) Lacônica, pois indica preferência por manifestações breves e objetivas, reduzindo a extensão das recomendações elaboradas.

Questão 07

Um professor de Língua Portuguesa selecionou vocábulos para avaliar o domínio das regras de acentuação gráfica introduzidas e preservadas pelo Acordo Ortográfico. O exercício envolvia palavras com hiatos, ditongos abertos, formas verbais de terceira pessoa do plural e acentos diferenciais, exigindo a identificação das grafias efetivamente admitidas pela norma-padrão.

Considerando as regras ortográficas vigentes, assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- (A) Baú, heroico, creem, têm e pôde.
- (B) Baú, heroico, creem, têm e pode.
- (C) Baú, heroico, crêem, têm e pôde.
- (D) Baú, heroico, creem, tem e pôde.
- (E) Baú, heróico, creem, têm e pôde.

Questão 08

Em uma manifestação administrativa, foi necessário empregar expressões relacionadas a pronomes demonstrativos, locuções prepositivas e indicações de distância. Durante a revisão, o responsável observou que a presença do acento grave dependia tanto da regência dos termos antecedentes quanto das características gramaticais das expressões utilizadas.

Considerando as regras de emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A recomendação foi semelhante à que se aprovara anteriormente, e os avaliadores permaneceram à espera de respostas relacionadas aquela demanda.
- (B) A decisão foi semelhante à que se adotara anteriormente, e os servidores permaneceram à espera de orientações referentes àquela matéria.
- (C) A orientação foi favorável à que se formulara anteriormente, e os integrantes permaneceram à espera de providências referentes aquela solicitação.
- (D) A manifestação foi equivalente a que se apresentara anteriormente, e os responsáveis permaneceram à espera de esclarecimentos relativos àquela questão.

- (E) A conclusão mostrou-se contrária à que fora registrada inicialmente, e os técnicos permaneceram a espera de informações relacionadas àquela proposta.

Questão 09

Durante uma atividade de análise morfológica, um professor apresentou palavras formadas por derivação regressiva, processo no qual determinados substantivos são constituídos a partir de bases verbais, frequentemente com redução ou alteração de sua terminação. O objetivo era distinguir esse mecanismo de outros processos, como derivação sufixal, prefixal e parassintética.

Considerando os processos de formação de palavras na língua portuguesa, assinale a alternativa em que todos os substantivos apresentados são exemplos de derivação regressiva.

- (A) Combate, pesca, ataque, cortesia e grito.
- (B) Combatente, pesca, ataque, corte e grito.
- (C) Combate, pesca, atacante, corte e grito.
- (D) Combate, pescador, ataque, corte e grito.
- (E) Combate, pesca, ataque, corte e grito.

Questão 10

Durante a revisão de um relatório administrativo, um servidor identificou construções envolvendo o pronome apassivador "se", o índice de indeterminação do sujeito e expressões nominais com diferentes funções sintáticas. A análise exigia distinguir as estruturas em que o verbo concorda com o sujeito paciente daquelas em que permanece na terceira pessoa do singular.

Considerando as regras de concordância verbal da norma-padrão, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Depende-se de informações complementares, mas ainda se aguarda os pareceres técnicos necessários à conclusão da avaliação institucional.
- (B) Precisa-se de servidores experientes, entretanto não se identificou irregularidades relevantes durante a análise dos processos encaminhados pela comissão.
- (C) Trata-se de procedimentos complexos, embora já se tenha apresentado os relatórios preliminares relativos às atividades desenvolvidas pelo setor.
- (D) Necessita-se de profissionais especializados, mas ainda se encontram disponíveis os recursos financeiros destinados à execução do projeto.
- (E) Necessitam-se de técnicos qualificados, embora se encontrem disponíveis os documentos exigidos para a continuidade do procedimento administrativo.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MIRANDIBA (PE)

Questão 11

A economia do município de Mirandiba é marcada por atividades produtivas relacionadas às características de seu território e às práticas desenvolvidas pela população rural. De acordo com as informações econômicas municipais, qual atividade constitui a principal base produtiva de Mirandiba?

- (A) A agropecuária, relacionada à produção agrícola e à criação de animais.
- (B) A atividade pesqueira, relacionada à captura e à comercialização de pescados.
- (C) A mineração, relacionada à exploração e ao beneficiamento de minerais.
- (D) A atividade madeireira, relacionada à extração e ao processamento de madeira.
- (E) A indústria têxtil, relacionada à fabricação de tecidos e vestuários.

Questão 12

As tradições religiosas integram a identidade cultural do município de Mirandiba, especialmente no distrito de Tupanaci. Antes da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, os moradores já realizavam celebrações em homenagem à Imaculada Conceição. Onde aconteciam essas reuniões religiosas?

- (A) Na residência de Manoel Lopes Diniz, nas terras do Brejo do Gama, onde eram realizadas novenas.
- (B) Na residência de Elizeu Campos, no povoado da Várzea do Tiro, onde eram realizadas novenas.
- (C) Na residência de João Barbosa de Barros, na Fazenda Quixabeira, onde eram realizadas novenas.
- (D) Na residência de José Alves de Carvalho e Isabel Leite de Sá, onde eram realizadas novenas.
- (E) Na residência de Cirilo Gomes Diniz, nas proximidades do rio Pajeú, onde eram realizadas novenas.

Questão 13

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada no distrito de Tupanaci, no município de Mirandiba, constitui um importante patrimônio religioso e cultural da comunidade. De acordo com os registros históricos municipais, a qual diocese pertence essa igreja?

- (A) À Diocese de Petrolina, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (B) À Diocese de Pesqueira, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (C) À Diocese de Afogados da Ingazeira, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (D) À Diocese de Salgueiro, integrante da organização eclesiástica pernambucana.

- (E) À Diocese de Floresta, integrante da organização eclesiástica pernambucana.

Questão 14

O distrito de Tupanaci, pertencente ao município de Mirandiba, possui uma história relacionada à ocupação de antigas propriedades rurais do Sertão pernambucano. De acordo com os registros históricos, em quais terras ocorreu a formação inicial desse povoamento?

- (A) Nas terras da Fazenda Quixabeira, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (B) Nas terras da Fazenda Brejo do Gama, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (C) Nas terras da Fazenda Santa Maria, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (D) Nas terras da Fazenda Várzea do Tiro, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (E) Nas terras da Fazenda Queixada, associadas à ocupação histórica do distrito.

Questão 15

O município de Mirandiba estabelece limites territoriais com diferentes municípios do Sertão pernambucano. Considerando sua localização geográfica, qual dos municípios apresentados faz divisa com Mirandiba na direção sul?

- (A) Salgueiro, município localizado no Sertão pernambucano.
- (B) São José do Belmonte, município localizado no Sertão pernambucano.
- (C) Verdejante, município localizado no Sertão pernambucano.
- (D) Caraubeira da Penha, município localizado no Sertão pernambucano.
- (E) Serra Talhada, município localizado no Sertão pernambucano.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 16

Durante a prestação de serviço público de transporte coletivo, um ônibus pertencente a uma empresa concessionária atingiu um veículo particular que trafegava regularmente em via pública. O condutor do automóvel não era usuário do serviço de transporte e sofreu prejuízos materiais diretamente relacionados à colisão. A investigação demonstrou o nexo causal entre a atuação do motorista da concessionária e os danos produzidos, sem identificar circunstâncias excludentes de responsabilidade.

Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo exigida a demonstração da culpa do motorista e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (B) A concessionária responde subjetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (C) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo exigida a demonstração de falha estrutural do serviço e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (D) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (E) A concessionária responde subjetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo exigida a demonstração da culpa do motorista e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.

Questão 17

Um município celebrou contrato de concessão para exploração de determinado serviço público por empresa privada. Durante a execução contratual, verificou-se que a concessionária cumpria regularmente suas obrigações, mas a Administração identificou razões supervenientes de interesse público que justificariam a retomada antecipada do serviço. O poder concedente pretende adotar a medida antes do término do prazo contratual, observando os requisitos estabelecidos pela Lei nº 8.987/1995.

Considerando as modalidades de extinção das concessões de serviços públicos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A rescisão exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (B) A encampação exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento posterior da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (C) A encampação exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (D) A encampação exige motivo de interesse público, autorização administrativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.

- (E) A caducidade exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.

Questão 18

O dirigente máximo de determinada autarquia federal identificou a necessidade de assumir temporariamente a condução de um procedimento administrativo atribuído a uma unidade hierarquicamente subordinada. A medida foi motivada por circunstâncias excepcionais, devidamente documentadas, relacionadas à complexidade da matéria e à necessidade de uniformização da atuação institucional. Não havia disposição legal que impedisse o exercício da competência pela autoridade superior.

Considerando o instituto da avocação de competências e as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A avocação é admitida em caráter excepcional e temporário, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (B) A avocação é admitida em caráter ordinário e temporário, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (C) A avocação é admitida em caráter excepcional e temporário, por motivos relevantes devidamente justificados, ainda que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.
- (D) A avocação é admitida em caráter excepcional e permanente, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (E) A avocação é admitida em caráter ordinário e permanente, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Questão 19

Durante a instrução de um processo administrativo federal, a autoridade responsável determinou a intimação de determinado interessado para comparecer pessoalmente à repartição e prestar esclarecimentos relevantes à apuração dos fatos. O documento de intimação continha a identificação do interessado, a finalidade do comparecimento, o local, a data, o horário e os fundamentos pertinentes. Entretanto, surgiu dúvida sobre a antecedência mínima que deveria ser observada entre a intimação e a data designada para o comparecimento.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 relativas à comunicação dos atos processuais, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A intimação deve observar antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (B) A intimação deve observar antecedência mínima de três dias corridos em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (C) A intimação deve observar antecedência mínima de três dias úteis em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (D) A intimação deve observar antecedência mínima de cinco dias corridos em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (E) A intimação deve observar antecedência mínima de dois dias úteis em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.

Questão 20

Com o objetivo de reorganizar a execução de atividades econômicas de interesse coletivo, determinado estado pretende instituir uma empresa pública estadual, dotada de personalidade jurídica de direito privado e capital integralmente público. Durante a elaboração do projeto institucional, surgiu controvérsia sobre o papel da lei específica na constituição da entidade e sobre o momento de aquisição de sua personalidade jurídica, considerando o regime aplicável às empresas públicas.

À luz do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A instituição da empresa pública depende de autorização por lei específica, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante a publicação do respectivo diploma legislativo.
- (B) A instituição da empresa pública depende de criação por lei específica, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante a publicação do respectivo diploma legislativo.
- (C) A instituição da empresa pública depende de autorização por lei específica, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante o registro dos atos constitutivos no órgão competente.
- (D) A instituição da empresa pública depende de criação por decreto específico, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante o registro dos atos constitutivos no órgão competente.
- (E) A instituição da empresa pública depende de autorização por decreto específico, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante o registro dos atos constitutivos no órgão competente.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

Durante a conciliação financeira de uma autarquia, o técnico de controle interno identificou que o saldo contábil de determinada conta bancária era de R\$ 169.400,00, enquanto o extrato bancário apresentava saldo de R\$ 177.900,00. A análise documental revelou depósitos no valor de R\$ 12.000,00 já registrados contabilmente, mas ainda não creditados pelo banco, e pagamentos por transferências no total de R\$ 20.500,00, contabilizados pela autarquia, porém ainda não debitados pela instituição financeira. Não foram identificadas outras diferenças.

Considerando os elementos apresentados, qual deverá ser o saldo bancário conciliado?

- (A) R\$ 169.400,00.
- (B) R\$ 181.900,00.
- (C) R\$ 186.400,00.
- (D) R\$ 198.900,00.
- (E) R\$ 190.400,00.

Questão 22

Uma organização beneficiária de recursos públicos apresentou prestação de contas referente à execução de projeto social. O plano de trabalho previa a realização de dez oficinas de capacitação, e o relatório final informou que todas haviam sido executadas. Entretanto, durante a análise, o técnico de controle interno constatou que os comprovantes de pagamento estavam regulares, mas os registros de participação, relatórios de atividades e demais documentos apresentados demonstravam a realização de oito oficinas. Não foram identificadas outras evidências que comprovassem as duas atividades restantes.

Considerando os procedimentos de análise de prestações de contas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A regularidade financeira dos pagamentos não comprova integralmente a execução do objeto, sendo necessária a apuração da divergência e a solicitação de evidências complementares.
- (B) A apresentação dos comprovantes bancários permite reconhecer a execução das oficinas declaradas, cabendo registrar a insuficiência documental como ressalva de natureza formal.
- (C) A comprovação de oito oficinas autoriza considerar concluído o projeto, desde que os recursos tenham sido aplicados nas categorias de despesas aprovadas no planejamento.
- (D) A correspondência entre despesas e valores previstos demonstra o cumprimento financeiro do projeto, permitindo validar as atividades mediante declaração do responsável pela execução.

- (E) A ausência dos registros de participação pode ser compensada pela regularidade dos pagamentos, considerando que a comprovação financeira constitui evidência suficiente da prestação do serviço.

Questão 23

Durante a fiscalização de uma aquisição de materiais de expediente, o técnico de controle interno identificou que a Administração havia estimado o valor da contratação mediante consulta a três fornecedores. Dois orçamentos apresentavam preços próximos aos valores praticados no mercado, enquanto o terceiro indicava valores significativamente superiores. A unidade requisitante calculou a média aritmética dos três orçamentos, sem examinar a discrepância, e utilizou o resultado como preço estimado da contratação.

Considerando as boas práticas de pesquisa de preços nas contratações públicas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A pesquisa pode ser considerada suficiente pela quantidade de fornecedores consultados, cabendo à Administração utilizar a média obtida como referência para avaliar as propostas.
- (B) A unidade deve solicitar uma quarta cotação e calcular nova média aritmética, considerando que a ampliação da amostra permite corrigir a influência das diferenças identificadas.
- (C) O cálculo deve ser substituído pela mediana das três propostas, dispensando a análise da dispersão porque esse indicador elimina os efeitos dos valores significativamente elevados.
- (D) A estimativa deve adotar o orçamento de menor valor, considerando que a utilização da menor cotação reduz o risco de contratação acima dos preços praticados no mercado.
- (E) A estimativa deve ser reavaliada mediante análise crítica dos valores coletados, verificando a representatividade dos preços e a possível influência de cotações discrepantes no resultado.

Questão 24

Durante inspeção em uma unidade administrativa, o técnico de controle interno identificou que diversos documentos haviam sido protocolados com atraso em relação ao prazo estabelecido pelas normas internas. A análise demonstrou que os registros foram posteriormente regularizados e que não havia evidências de perda documental, pagamento indevido ou prejuízo financeiro. Entretanto, a recorrência dos atrasos revelou deficiência no fluxo de recebimento e encaminhamento dos expedientes.

Considerando os procedimentos de identificação e classificação de achados de controle interno, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A ocorrência deve ser registrada como deficiência de conformidade procedimental, com avaliação de suas causas e riscos, sem presumir prejuízo financeiro não demonstrado.
- (B) A situação deve ser registrada como inconsistência de baixa relevância, dispensando análise das causas porque os documentos foram posteriormente incorporados ao sistema administrativo.
- (C) A posterior regularização dos registros permite afastar o apontamento, pois a inexistência de perdas materiais demonstra que a falha não produziu efeitos administrativos relevantes.
- (D) O achado deve ser tratado como deficiência de desempenho individual, atribuindo-se aos servidores responsáveis a obrigação de comprovar a ausência de prejuízo institucional.
- (E) Os atrasos devem ser classificados como irregularidades com dano presumido, considerando que o descumprimento reiterado dos prazos compromete a regularidade da gestão documental.

Questão 25

Durante a análise de um processo administrativo destinado à aplicação de penalidade a uma empresa contratada, o técnico de controle interno verificou que a unidade responsável havia identificado descumprimento de obrigação contratual e produzido relatório circunstanciado sobre os fatos. Entretanto, antes da decisão sancionatória, constatou-se que a contratada não havia sido formalmente cientificada das irregularidades imputadas, tampouco tivera oportunidade de apresentar defesa. O gestor argumentou que os documentos reunidos demonstravam suficientemente a infração e permitiam o encerramento do procedimento.

Considerando os princípios aplicáveis aos processos administrativos sancionadores, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O conjunto documental pode fundamentar a decisão administrativa, desde que a autoridade competente motive a penalidade e assegure posterior acesso integral aos autos.
- (B) A autoridade pode decidir com base nas evidências produzidas pela fiscalização, submetendo posteriormente o resultado à revisão administrativa caso a empresa apresente contestação.
- (C) A instrução deve assegurar à contratada ciência das imputações e oportunidade de defesa antes da decisão sancionatória, ainda que existam evidências documentais da infração.
- (D) A existência de relatório circunstanciado permite concluir a fase de apuração, ficando a manifestação da empresa reservada ao procedimento recursal posterior à penalidade.
- (E) A comprovação técnica do descumprimento contratual autoriza o prosseguimento da sanção, cabendo à contratada demonstrar eventuais prejuízos decorrentes da ausência de manifestação prévia.

Questão 26

Durante o acompanhamento de um convênio celebrado entre um município e uma entidade pública estadual, o técnico de controle interno verificou que parte dos recursos financeiros havia sido utilizada em atividades diferentes daquelas previstas no plano de trabalho aprovado. A entidade conveniente alegou que as despesas contribuíram para a finalidade geral do ajuste e que os valores aplicados permaneceram dentro do montante global inicialmente autorizado. Entretanto, não havia registro de aprovação de alteração do plano de trabalho pelo órgão concedente.

Considerando os procedimentos de controle da execução de convênios, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A utilização de recursos em atividades correlatas demonstra aderência ao interesse público, permitindo validar os gastos mediante justificativa apresentada pelo responsável pela execução.
- (B) A divergência deve ser considerada ajuste operacional da entidade conveniente, cabendo ao concedente avaliar seus resultados durante o encerramento da prestação de contas.
- (C) A compatibilidade das despesas deve ser examinada em relação ao plano de trabalho aprovado, cabendo apurar a alteração não autorizada e avaliar sua repercussão na regularidade da execução.
- (D) O cumprimento da finalidade geral pode justificar a reclassificação posterior das despesas, dispensando a análise da correspondência entre os gastos e as ações originalmente pactuadas.
- (E) A manutenção do valor global permite reconhecer a adequação financeira das despesas, desde que as atividades realizadas contribuam para a finalidade institucional estabelecida.

Questão 27

Durante auditoria no almoxarifado de uma autarquia, o técnico de controle interno examinou a movimentação de determinado material de consumo, avaliado pelo método do custo médio ponderado móvel. No início do período, havia 100 unidades em estoque, ao custo unitário de R\$ 20,00. Posteriormente, foram adquiridas 200 unidades por R\$ 26,00 cada, sem custos adicionais. Após essa aquisição, ocorreu uma única saída de 150 unidades, não havendo outras movimentações no período.

Considerando o método de avaliação adotado e a inexistência de perdas, qual deverá ser o valor do estoque remanescente?

- (A) R\$ 3.600,00.
- (B) R\$ 3.900,00.
- (C) R\$ 3.300,00.
- (D) R\$ 3.450,00.
- (E) R\$ 3.750,00.

Questão 28

Um técnico de controle interno foi encarregado de elaborar relatório sobre falhas identificadas na gestão de contratos de uma secretaria municipal. Durante os trabalhos, constatou que determinados pagamentos foram realizados com documentação incompleta. Entretanto, os elementos disponíveis não permitiam afirmar a existência de prejuízo financeiro nem identificar conduta intencional dos agentes envolvidos. O gestor solicitou que o relatório apresentasse conclusões objetivas e recomendações fundamentadas nas evidências obtidas.

Considerando os princípios de elaboração de relatórios técnicos de controle interno, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A manifestação técnica deve reconhecer a irregularidade financeira das operações, deixando a avaliação documental complementar para eventual procedimento de responsabilização posterior.
- (B) O relatório deve distinguir os fatos comprovados das hipóteses ainda não demonstradas, indicar os critérios de análise e apresentar recomendações compatíveis com as evidências disponíveis.
- (C) O documento deve atribuir responsabilidade aos agentes que autorizaram as despesas, utilizando a ausência de documentos como fundamento para presumir falhas individuais de conduta.
- (D) A análise deve concentrar-se nas providências corretivas, evitando registrar limitações probatórias que possam reduzir a força das conclusões apresentadas à administração superior.
- (E) A conclusão deve caracterizar os pagamentos como dano ao erário, considerando que a insuficiência documental representa indício relevante de comprometimento dos recursos públicos.

Questão 29

Uma secretaria municipal recebeu recursos vinculados à execução de determinado programa público. Durante a fiscalização, o técnico de controle interno constatou que parte dos valores havia sido utilizada no pagamento de despesas administrativas de outra atividade municipal, sem relação com o objeto financiado. O gestor argumentou que os pagamentos atenderam necessidades legítimas da população e que a utilização dos recursos não aumentou o total das despesas do município.

Considerando os princípios de fiscalização da aplicação de recursos públicos vinculados, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A regularidade da aplicação depende da observância da finalidade legalmente estabelecida para os recursos, sendo necessário apurar os pagamentos realizados em atividade distinta da autorizada.

- (B) A legitimidade das despesas administrativas permite reconhecer sua adequação, considerando que os valores permaneceram aplicados em serviços de interesse da coletividade municipal.
- (C) A destinação dos recursos pode ser considerada regular quando os gastos forem comprovados documentalmente e estiverem associados a atividades desenvolvidas pela mesma secretaria.
- (D) O atendimento de necessidades públicas constitui fundamento para validar a movimentação, cabendo ao setor contábil promover os ajustes necessários à classificação dos pagamentos.
- (E) A inexistência de aumento da despesa global demonstra equilíbrio financeiro, possibilitando compensar posteriormente os valores utilizados entre as diferentes atividades orçamentárias.

Questão 30

Durante avaliação dos procedimentos de uma secretaria municipal, o técnico de controle interno constatou que um servidor era responsável por solicitar materiais, confirmar seu recebimento, registrar as entradas no estoque e autorizar a baixa dos itens utilizados. A chefia informou que a concentração das tarefas resultava do reduzido quadro de pessoal e que a unidade não dispunha de servidores suficientes para distribuir integralmente essas atribuições.

Considerando os princípios de controle interno e a adoção de controles compensatórios, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A chefia deve priorizar a conferência dos saldos ao encerramento do exercício, utilizando o inventário anual como principal mecanismo de compensação da ausência de segregação.
- (B) A limitação de pessoal permite concentrar as etapas operacionais, desde que o controle das entradas e saídas seja realizado em sistema informatizado com autenticação individual.
- (C) A unidade deve preservar o fluxo existente e ampliar o detalhamento dos registros, considerando que a documentação das operações reduz suficientemente os riscos de execução concentrada.
- (D) A manutenção das atribuições pode ser considerada adequada quando o servidor responsável possui experiência comprovada e apresenta relatórios periódicos de movimentação dos materiais.
- (E) A Administração deve avaliar os riscos decorrentes da concentração das funções e instituir verificações independentes, como conciliações periódicas e revisões documentadas pela chefia.

Questão 31

Uma unidade de controle interno examinou o sistema integrado de gestão de determinada autarquia. A auditoria constatou que o mesmo usuário possuía permissões para cadastrar fornecedores, autorizar pagamentos e alterar os dados bancários dos

beneficiários. Embora não fossem identificadas operações fraudulentas, a equipe reconheceu que a concentração dessas funcionalidades poderia dificultar a prevenção e a detecção de irregularidades.

Considerando os princípios de controle de acesso e segregação de funções em sistemas informatizados, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A centralização das operações contribui para reduzir falhas de comunicação entre os setores, tornando adequada a manutenção dos perfis quando houver acompanhamento gerencial periódico.
- (B) A manutenção dos acessos pode ser compensada pela utilização de senhas complexas, considerando que a autenticação individual reduz os riscos associados à acumulação de atribuições.
- (C) A concentração das permissões em um profissional experiente favorece a responsabilização individual, permitindo identificar irregularidades com maior facilidade durante a revisão das operações.
- (D) A atribuição conjunta das funcionalidades pode ser preservada mediante realização de cópias periódicas de segurança, assegurando a recuperação dos registros em caso de inconsistências.
- (E) A divisão de permissões entre usuários reduz o risco de operações indevidas, dificultando que uma mesma pessoa execute etapas incompatíveis sem controle adicional.

Questão 32

Uma unidade de controle interno realizou avaliação de conformidade em processos de concessão de diárias. Para cada processo, a norma interna exigia autorização anterior ao deslocamento, identificação do beneficiário, justificativa do interesse público e comprovação da realização da viagem. O técnico selecionou uma amostra de 120 processos e identificou 18 sem autorização prévia, 12 sem comprovação da viagem e 5 que apresentavam simultaneamente as duas falhas. Nos demais aspectos examinados, os processos estavam regulares.

Considerando que um processo deve ser contabilizado uma única vez quando apresentar mais de uma falha, quantos processos da amostra apresentaram alguma desconformidade?

- (A) 30 processos.
- (B) 35 processos.
- (C) 25 processos.
- (D) 20 processos.
- (E) 23 processos.

Questão 33

Durante a análise de um processo de pagamento, o técnico de controle interno identificou que a nota fiscal apresentada pelo fornecedor correspondia ao valor previsto no contrato. Entretanto, o documento registrava quantidade de materiais superior àquela indicada no

comprovante de recebimento emitido pelo almoxarifado. O setor solicitante informou que a diferença poderia decorrer de erro de preenchimento e sugeriu prosseguir com a tramitação, deixando a correção para momento posterior.

Considerando os procedimentos de conferência documental e verificação da regularidade das operações administrativas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A diferença quantitativa deve ser tratada como falha documental de natureza formal, considerando que a compatibilidade financeira demonstra a regularidade da obrigação assumida.
- (B) A divergência deve ser esclarecida mediante confronto dos documentos e confirmação das quantidades efetivamente recebidas, antes da validação do valor correspondente à despesa.
- (C) A conferência deve privilegiar os dados fiscais apresentados pelo fornecedor, utilizando o comprovante de recebimento como referência complementar para futuras verificações patrimoniais.
- (D) A coincidência entre o valor contratado e a nota fiscal permite validar a cobrança, cabendo ao almoxarifado corrigir posteriormente os quantitativos registrados no recebimento.
- (E) A informação prestada pelo setor solicitante pode fundamentar o prosseguimento do processo, desde que a inconsistência seja registrada para acompanhamento em conferência posterior.

Questão 34

Durante o acompanhamento de um contrato de manutenção predial regido pela Lei nº 14.133/2021, o fiscal constatou defeitos recorrentes nos serviços executados. A empresa contratada argumentou que parte das falhas havia sido identificada durante visitas anteriores, nas quais o fiscal não apresentou objeções. Com base nessa circunstância, a contratada sustentou que a atuação fiscalizatória afastaria sua responsabilidade pelos defeitos posteriormente identificados.

Considerando as disposições legais relativas à responsabilidade do contratado durante a execução contratual, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A identificação tardia das falhas transfere à Administração os efeitos patrimoniais decorrentes dos serviços, quando houver registros anteriores de acompanhamento sem ressalvas.
- (B) A fiscalização realizada pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente em razão da execução do contrato.
- (C) A responsabilidade da empresa fica limitada aos defeitos formalmente apontados durante cada vistoria, cabendo ao órgão assumir os riscos das falhas identificadas posteriormente.

- (D) O acompanhamento exercido pelo fiscal estabelece responsabilidade compartilhada pelos defeitos, considerando que a ausência de objeção anterior representa concordância administrativa.
- (E) A realização de inspeções sem apontamentos constitui evidência de conformidade dos serviços, restringindo a responsabilização da contratada às ocorrências registradas em novas etapas.

Questão 35

Durante uma inspeção administrativa, o técnico de controle interno selecionou uma amostra de processos de concessão de benefícios para verificar se os procedimentos observavam os critérios estabelecidos na regulamentação institucional. A seleção foi realizada com base em fatores de risco previamente definidos, priorizando processos com valores elevados e situações consideradas mais suscetíveis a inconsistências. Ao final, foram identificadas falhas em parte dos procedimentos examinados.

Considerando as características da amostragem não estatística orientada por riscos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Os resultados permitem identificar deficiências nos processos examinados e orientar novas verificações, mas não autorizam extrapolação estatística direta para a população.
- (B) A seleção baseada em riscos permite estimar a frequência global das irregularidades, considerando que os processos escolhidos concentram as ocorrências mais relevantes.
- (C) A análise dos processos selecionados possibilita calcular a margem de erro dos resultados, utilizando a proporção observada de falhas como parâmetro de projeção.
- (D) O percentual de falhas constatado na amostra pode ser aplicado ao conjunto de processos, desde que os critérios de seleção tenham sido previamente documentados.
- (E) A priorização de procedimentos de maior valor assegura representatividade suficiente para projetar a quantidade de irregularidades existentes nos registros não examinados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Uma ouvidoria vinculada a uma autarquia federal recebeu manifestação de usuário relativa à prestação inadequada de determinado serviço público. Para instruir a resposta, solicitou esclarecimentos ao setor responsável, que apresentou informações suficientes para a análise da demanda. Durante a elaboração da decisão administrativa final, a equipe verificou a necessidade de observar os prazos e as possibilidades de prorrogação estabelecidos pela Lei nº 13.460/2017.

Considerando as disposições legais sobre o

funcionamento das ouvidorias públicas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 30 dias, admitida uma prorrogação por até 15 dias, mediante justificativa expressa.
- (B) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 15 dias, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.
- (C) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 20 dias, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.
- (D) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 20 dias, admitida uma prorrogação por até 30 dias, mediante justificativa expressa.
- (E) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 30 dias, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.

Questão 37

Durante auditoria realizada em uma autarquia estadual, constatou-se que determinado servidor público, responsável pela análise de procedimentos administrativos, praticou ato irregular que ocasionou prejuízo efetivo ao erário. A investigação demonstrou que o agente atuou com negligência grave no cumprimento de suas atribuições, mas não identificou intenção consciente de alcançar o resultado ilícito. O órgão de controle recomendou a apuração das responsabilidades cabíveis, inclusive quanto à eventual configuração de improbidade administrativa.

Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A configuração de improbidade administrativa admite conduta culposa qualificada, sendo suficiente a demonstração de negligência grave, desde que exista prejuízo patrimonial efetivo.
- (B) A configuração de improbidade administrativa exige conduta voluntária tipificada em lei, sendo suficiente a demonstração de negligência grave, ainda que inexistente intenção de produzir o resultado.
- (C) A configuração de improbidade administrativa admite conduta culposa qualificada, sendo suficiente a demonstração de culpa grave, desde que exista prejuízo patrimonial efetivo.
- (D) A configuração de improbidade administrativa exige conduta irregular tipificada em lei, sendo suficiente a demonstração de prejuízo efetivo, ainda que inexistente intenção de produzir o resultado.

- (E) A configuração de improbidade administrativa exige conduta dolosa tipificada em lei, não sendo suficiente a demonstração de culpa grave, ainda que exista prejuízo patrimonial efetivo.

Questão 38

Uma comissão responsável pela gestão de informações classificadas de determinado órgão federal examinou documentos produzidos há oito anos, relacionados a atividades cuja divulgação poderia comprometer operações estratégicas de interesse nacional. Após avaliação fundamentada, concluiu-se que estavam presentes os requisitos legais para a classificação das informações no grau secreto. A comissão discutiu o prazo máximo de restrição de acesso e o marco temporal aplicável à sua contagem, considerando que a classificação seria formalizada na data atual.

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 15 anos, contado da produção da informação, de modo que a classificação posterior não reinicia esse período.
- (B) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 25 anos, contado da produção da informação, de modo que a classificação posterior não reinicia esse período.
- (C) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 15 anos, contado da classificação da informação, de modo que a formalização posterior inicia esse período.
- (D) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 20 anos, contado da produção da informação, de modo que a classificação posterior não reinicia esse período.
- (E) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 10 anos, contado da classificação da informação, de modo que a formalização posterior inicia esse período.

Questão 39

Uma fundação pública federal iniciou a reformulação de sua política institucional de governança, buscando aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, direcionamento e monitoramento de suas atividades. A alta administração identificou a necessidade de estabelecer práticas voltadas ao desenvolvimento das competências dos dirigentes, à definição de prioridades institucionais e à mitigação dos riscos capazes de comprometer o alcance dos objetivos organizacionais.

Considerando os mecanismos de governança pública previstos no Decreto nº 9.203/2017, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A liderança compreende práticas relacionadas à integridade e à competência dos dirigentes; a estratégia envolve processos de mitigação de riscos; e o controle abrange diretrizes e prioridades institucionais.
- (B) A liderança compreende práticas relacionadas à mitigação dos riscos institucionais; a estratégia envolve diretrizes e prioridades; e o controle abrange integridade e competência dos dirigentes.
- (C) A liderança compreende práticas relacionadas à definição de diretrizes e prioridades; a estratégia envolve integridade e competência dos dirigentes; e o controle abrange processos estruturados de mitigação de riscos.
- (D) A liderança compreende práticas relacionadas à integridade e à competência dos dirigentes; a estratégia envolve diretrizes e prioridades; e o controle abrange processos estruturados de mitigação de riscos.
- (E) A liderança compreende práticas relacionadas à integridade e à competência dos dirigentes; a estratégia envolve diretrizes e prioridades; e o controle abrange processos de definição dos objetivos institucionais.

Questão 40

Durante a elaboração de um estudo institucional, uma comissão jurídica examinou a natureza das atividades exercidas pelos diferentes Poderes da República. O estudo identificou que o Poder Legislativo, além de suas atribuições constitucionais predominantes, realiza procedimentos licitatórios, administra seus recursos humanos e celebra contratos para manutenção de suas instalações. Surgiu, então, questionamento sobre a natureza jurídica dessas atividades e sua submissão ao regime de Direito Administrativo.

Considerando a distinção entre funções estatais e a atuação administrativa dos Poderes da República, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O Poder Legislativo exerce função normativa de natureza atípica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.
- (B) O Poder Legislativo exerce função administrativa de natureza atípica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.
- (C) O Poder Legislativo exerce função jurisdicional de natureza atípica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.
- (D) O Poder Legislativo exerce função administrativa de natureza típica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.

- (E) O Poder Legislativo exerce função governamental de natureza típica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.

Questão 41

Um servidor público federal aposentou-se regularmente em cargo efetivo, passando a receber proventos decorrentes do regime próprio de previdência social. Posteriormente, foi aprovado em concurso público para outro cargo efetivo, cujas atribuições não se enquadram nas hipóteses constitucionais de acumulação permitida com o cargo que originou sua aposentadoria. Não se trata de cargo eletivo ou em comissão, e a nova investidura ocorreu após a Emenda Constitucional nº 20/1998.

Considerando as disposições constitucionais relativas à percepção simultânea de proventos de aposentadoria e remuneração de cargo público, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A acumulação remuneratória pretendida encontra vedação constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe equivalência entre as atribuições dos cargos públicos.
- (B) A acumulação remuneratória pretendida encontra autorização constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe compatibilidade entre os respectivos horários funcionais.
- (C) A acumulação remuneratória pretendida encontra autorização constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe aprovação em concurso para o novo cargo público.
- (D) A acumulação remuneratória pretendida encontra vedação constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe enquadramento nas exceções previstas no art. 37, § 10.
- (E) A acumulação remuneratória pretendida encontra autorização constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe vinculação dos cargos a diferentes órgãos públicos.

Questão 42

Um órgão da Administração Pública federal pretende reorganizar sua estrutura de direção e assessoramento, mediante a criação de funções de confiança e cargos em comissão, observadas as disposições constitucionais. Durante a elaboração da proposta, surgiu controvérsia sobre a possibilidade de designar empregados públicos, ocupantes de empregos permanentes, para funções de confiança e sobre a necessidade de reservar parte dos cargos em comissão a servidores de carreira.

Considerando o art. 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) As funções de confiança destinam-se a servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais máximos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (B) As funções de confiança destinam-se a servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais mínimos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (C) As funções de confiança destinam-se a servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais mínimos de provimento por empregados públicos previstos em lei.
- (D) As funções de confiança destinam-se a empregados públicos permanentes, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais máximos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (E) As funções de confiança destinam-se a empregados públicos permanentes, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais mínimos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.

Questão 43

Uma entidade da Administração Pública pretende contratar solução tecnológica inovadora para integrar diferentes plataformas de atendimento ao cidadão. Durante o planejamento, verificou-se que as soluções disponíveis no mercado exigiriam adaptações significativas e que a Administração não possuía condições de definir previamente, com precisão suficiente, as especificações técnicas necessárias. Constatou-se, ainda, a necessidade de discutir com potenciais fornecedores as alternativas técnicas capazes de atender às demandas institucionais.

Considerando as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O diálogo competitivo permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (B) A concorrência permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (C) O pregão permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.

- (D) O leilão permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (E) O concurso permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.

Questão 44

Durante a avaliação da gestão orçamentária de determinado órgão federal, a unidade de controle interno identificou irregularidades na aplicação de recursos públicos e deficiências nos mecanismos de acompanhamento das metas previstas no planejamento governamental. A equipe responsável discutiu suas atribuições constitucionais, especialmente quanto à avaliação dos resultados administrativos e à comunicação das irregularidades identificadas aos órgãos competentes.

Considerando as disposições do art. 74 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O controle interno deve avaliar a economicidade e a regularidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Senado Federal as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (B) O controle interno deve avaliar a eficácia e a legitimidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Ministério Público Federal as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (C) O controle interno deve avaliar a economicidade e a efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Congresso Nacional as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (D) O controle interno deve avaliar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Tribunal de Contas da União as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (E) O controle interno deve avaliar a eficiência e a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar à Controladoria-Geral da União as irregularidades de que tomarem conhecimento.

Questão 45

Determinada concessionária de serviço público de transporte coletivo passou a descumprir reiteradamente obrigações contratuais relacionadas à manutenção da frota e à regularidade das operações. Após a identificação das irregularidades, o poder concedente instaurou processo administrativo específico, assegurando à concessionária o contraditório e a ampla

defesa. Concluída a apuração, constatou-se o inadimplemento contratual e a presença dos pressupostos legais para a extinção da concessão por iniciativa do poder concedente.

Considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A anulação corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (B) A reversão corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (C) A encampação corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (D) A rescisão corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (E) A caducidade corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.

Questão 46

Uma agência reguladora federal, após consolidar determinado entendimento interpretativo sobre requisitos aplicáveis aos administrados, passou a adotar nova orientação jurídica em razão de revisão institucional de seus critérios de análise. Durante a fiscalização de situações constituídas sob a interpretação anteriormente vigente, a agência cogitou aplicar o novo entendimento para considerar irregulares condutas praticadas de acordo com a orientação administrativa da época.

Considerando o princípio da segurança jurídica e as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A Administração deve observar a vedação à aplicação retroativa de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica na apreciação das situações constituídas sob orientação anterior.
- (B) A Administração deve observar a vedação à aplicação imediata de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica na apreciação das situações constituídas sob orientação anterior.
- (C) A Administração deve observar a vedação à aplicação prospectiva de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica na apreciação das situações constituídas sob orientação anterior.

- (D) A Administração deve observar a possibilidade de aplicação retrospectiva de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica mediante revisão das situações anteriormente constituídas.
- (E) A Administração deve observar a possibilidade de aplicação retroativa de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica mediante fundamentação das situações anteriormente constituídas.

Questão 47

O dirigente de uma autarquia federal pretende descentralizar determinadas decisões administrativas para conferir maior eficiência às atividades institucionais. Para isso, elaborou proposta de delegação de competências a unidades administrativas que não estão hierarquicamente subordinadas ao seu gabinete. A proposta contempla a prática de atos administrativos ordinários, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos, respeitadas as competências legalmente atribuídas ao dirigente.

Considerando o regime de delegação de competências previsto na Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência compartilhada.
- (B) A delegação pode alcançar órgãos subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva.
- (C) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de processos originários ou matérias de competência exclusiva.
- (D) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva.
- (E) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos ordinários, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva.

Questão 48

Três municípios decidiram constituir um consórcio público para a gestão associada de serviços de interesse comum. Após a subscrição do protocolo de intenções, foram aprovadas e entraram em vigor as respectivas leis municipais de ratificação. Os entes participantes optaram pela constituição de uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, destinada a

executar as atividades previstas no instrumento constitutivo.

Considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005 sobre os consórcios públicos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, integrando a Administração Indireta do ente responsável pela sede.
- (B) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, integrando a Administração Direta dos entes federativos consorciados.
- (C) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a aprovação dos respectivos estatutos administrativos, integrando a Administração Indireta dos entes federativos consorciados.
- (D) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, integrando a Administração Indireta dos entes federativos consorciados.
- (E) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante o registro civil de seus atos constitutivos, integrando a Administração Indireta dos entes federativos consorciados.

Questão 49

Uma autoridade administrativa federal decidiu indeferir recurso apresentado por servidor público contra penalidade disciplinar anteriormente aplicada. Ao elaborar a decisão, a autoridade manifestou concordância com parecer jurídico constante dos autos, cuja fundamentação examinava detalhadamente os fatos, as provas produzidas e os dispositivos legais aplicáveis. A decisão fez referência expressa ao parecer, incorporando seus fundamentos, sem reproduzir integralmente a análise jurídica realizada.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 relativas à motivação dos atos administrativos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A motivação pode ocorrer mediante referência genérica a parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam recentes, objetivos e suficientes.
- (B) A motivação pode ocorrer mediante referência genérica a parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam claros, explícitos e congruentes.
- (C) A motivação pode ocorrer mediante concordância expressa com parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam recentes, objetivos e suficientes.
- (D) A motivação pode ocorrer mediante concordância expressa com parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam oportunos, convenientes e suficientes.

- (E) A motivação pode ocorrer mediante concordância expressa com parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam claros, explícitos e congruentes.

Questão 50

Durante fiscalização de contrato administrativo federal, o Tribunal de Contas da União identificou ilegalidade na execução contratual e comunicou a ocorrência ao Congresso Nacional, para adoção das providências constitucionalmente previstas. O Congresso Nacional determinou a sustação do contrato e solicitou ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Entretanto, transcorreram 90 dias sem que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivassem as medidas necessárias à solução da irregularidade.

Considerando o regime constitucional de controle externo estabelecido no art. 71 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O Ministério Público Federal poderá determinar a sustação contratual, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.
- (B) O Congresso Nacional deverá renovar a determinação de sustação, diante da ausência de providências efetivas do Tribunal de Contas da União ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.
- (C) O Poder Executivo poderá decidir sobre a manutenção contratual, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Tribunal de Contas da União no prazo constitucional de 90 dias.
- (D) O Tribunal de Contas da União poderá decidir a respeito, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.
- (E) O Supremo Tribunal Federal deverá decidir sobre a sustação contratual, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.

rascunho não destacar